

1 9 9 4



PAULO AYRES MATTOS

A OUSADIA DE SUPERAR-SE MULTIPLICANDO-SE

Ao comemorarmos vinte anos de existência legal do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), a Instituição toma a decisão de encerrar suas atividades. É uma forma pouco rara de celebrar a caminhada iniciada logo após o golpe militar de 1964, quando pessoas ligadas à antiga Confederação Evangélica do Brasil, atingidas pela repressão militar e eclesiástica, se reuniram para buscar formas de resistência à ditadura recém-instalada. Primeiro no Centro Evangélico/Ecumênico de Informação (CEI) e depois no CEDI, desenvolveram uma proposta que se caracterizou pela ousadia, utopia e composição. A ousadia foi enfrentar a repressão sabendo que suas armas a curto prazo eram débeis perante a fúria da ditadura, mas a longo prazo poderosas quando nas mãos dos proscritos e excluídos. A utopia consistiu em construir uma sociedade socialista na qual valores da solidariedade, da participação e da comunhão fraterna pudessem encontrar lugar permanente. A composição significou reunir homens e mulheres, protestantes e católicos, cristãos e não-cristãos, de diferentes formações e atividades profissionais, no campo e nas cidades, num projeto comum de resistência à ditadura e de serviço aos setores das igrejas comprometidos na luta pela justiça e aos emergentes movimentos sociais populares.

A ousadia do CEDI colidia não apenas com a ditadura, mas também com as propostas de muitos companheiros e companheiras que foram igualmente atingidos pela repressão, alguns de forma mais dura e fatal. O CEI/CEDI preferiu estar junto de segmentos que, dentro e fora das igrejas, optaram pelo trabalho pequeno e perseverante na luta pela transformação da utopia em realidade. Não foi opção fácil; foi e continua sendo sofrida. Ela nos empurrava com maior intensidade para as situações-limite da vida e morte de nosso povo, e nos obrigava a um compromisso cada vez mais radical. Nesse trabalho sem tréguas, o CEI/CEDI foi descobrindo sua vocação e opção para trabalhar na intersecção das igrejas e dos movimentos populares.

Nossa ousadia e utopia foram animadas pela visão e compromisso ecumênicos. Primeiro, cristãos membros de diferentes igrejas evangélicas, e, depois, também católicos se encontraram juntos na luta pela justiça. No final dos anos de 1950, com a ajuda do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), e no início dos anos de 1960, com a do Vaticano II, descobrimos que nosso compromisso com os marginalizados tinha um embasamento bíblico-teológico que infelizmente as teologias de nossas igrejas não expressavam.

Em nossa caminhada na busca de tal explicitação teológica tivemos a companhia daqueles que, mesmo sem confessar a fé, compartilhavam do mesmo compromisso profético. Foi nesse convívio que crentes e não-crentes ajudaram a formular a base do que depois

chegou a ser conhecido como Teologia da Libertação. E o CEDI, dentro e fora do Brasil, foi parte integrante dessa nova maneira de ler a Bíblia e fazer teologia.

Uma experiência que a nossa utopia impôs à prática do CEDI foi a de afirmar a democracia como valor permanente e universal, até mesmo em nossas relações internas. O conviver do diferente dentro do CEI/CEDI, uma de suas características fundantes, não foi um aprendizado fácil e tranqüilo para todos os participantes. O que, para muitas pessoas e organizações, parecia ser o carisma do CEDI e de outras poucas organizações similares em toda América Latina e que nos tornou uma referência ecumênica privilegiada, para nós, internamente, foi, em muitos momentos, motivo de grande sofrimento. E nem sempre soubemos resolver democraticamente os conflitos em que nos envolvemos. Apesar disso, podemos dizer que no CEDI tentamos todo o tempo não permitir que o diferente se fizesse contrário.

A abertura para responder criativamente às demandas das novas conjunturas também representou uma das características da ousadia do CEDI. A sensibilidade diante do novo marcou os momentos das grandes viradas institucionais. Assim foi que, em 1982, quando percebemos que a situação nacional indicava a possibilidade de mudanças significativas na vida do País, a entidade entendeu que suas estratégias de ação deveriam reforçar o trabalho dos novos sujeitos sociais que estavam emergindo da luta contra a ditadura

militar. Essa percepção levou o CEDI a buscar novas maneiras de atuar por meio dos Programas, que contemplavam novos campos de ação. A Instituição se expandiu durante a década de 1980, ocupando um lugar de realce perante outras entidades que atuavam agora não só para derrubar a ditadura, mas para apoiar a conquista de condições mais dignas de vida pelos setores de nossa sociedade historicamente excluídos.

No início da década de 1990, o desenho institucional do CEDI não conseguia mais responder a muitas das exigências e demandas que surgiam de diferentes segmentos da sociedade e das igrejas. O esgotamento do modelo que fez dele um referencial indispensável no mundo das entidades ecumênicas e não-governamentais levou-o a perder pouco a pouco a ousadia. A discussão, que por quase três anos se deu no interior da entidade, finalmente desaguou na inusitada decisão de se superarem as dificuldades institucionais pela multiplicação em novas organizações que pudessem dar continuidade aos seus objetivos permanentes e responder às novas demandas e exigências da conjuntura atual do País. A maturidade da decisão expressou-se na retomada da ousadia e no reconhecimento da legitimidade e credibilidade do trabalho dos diferentes Programas do CEDI pelos seus diferentes parceiros e beneficiários.

O processo de multiplicação ora em curso afirma a pluralidade como valor que legitima as propostas das quatro novas entidades já formadas. Tal afir-

RUBEM ALVES

As velhas casas...

mação se baseia no fato de que essas entidades, já no seu início, vão muito além das propostas e da ação desenvolvidas pelos Programas do CEDI dos quais se originaram. Elas são a continuidade na descontinuidade, pois não simplesmente reproduzem o que os Programas vinham realizando, mas todas estão sendo capazes de ultrapassá-los e de incorporar em sua formação novas experiências, novas propostas e perspectivas de trabalho e novos participantes, ampliando a abrangência de temas e desafios a serem respondidos. A ousadia das propostas das entidades recém-formadas é expressão clara de que a decisão de se superar o impasse institucional do CEDI pela multiplicação foi acertada e corresponde às necessidades da ação no presente momento.

Basta saber se Ação Educativa, Instituto Socioambiental, Koinonia e Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Sociedade serão capazes de levar adiante os objetivos permanentes do CEDI, conforme decisão de suas duas últimas assembléias gerais. Para tanto se demandarão delas muita criatividade, uma enorme sensibilidade para o novo e o diferente, grande humildade e abertura para as experiências já acumuladas por outras entidades similares. E mais: uma disposição inabalável de nos mantermos fiéis aos valores da solidariedade, da participação e da comunhão fraterna, da construção de uma sociedade em que justiça, liberdade e respeito pelo diferente sejam plenamente garantidos a todas as pessoas.

As casas velhas me comovem. Especialmente aquelas que estão fechadas, à espera de uma construtora que as compre. As vidraças quebradas, paredes descascadas, as madeiras sem pintura, partes apodrecidas pela umidade, o limo nas escadas da varanda, o jardim abandonado, as plantas crescendo selvagens...

— A casa não vale nada — diz o possível comprador. “Só vale o terreno”.

É compreensível que ele pense assim. O comprador só pensa no edifício a ser construído em seu lugar.

Mas eu olho para o passado. A casa velha está cheia de memórias.

Imagino o dia em que um homem (ou teria sido uma mulher?) resolveu construir aquela casa.

Penso em sua felicidade, vendo as paredes subir.

Depois, a vida ali dentro. O plantio do pomar, do jardim.

Aqueles quartos e salas têm muitas histórias para contar. Agora estão silenciosos. O tempo passou. Os sonhos, como as pessoas, envelheceram e morreram. Os filhos se casaram, construíram outras casas e se mudaram. Agora a casa velha, que não pode sair do lugar, espera para ser demolida...

É assim que eu penso no CEDI — uma velha casa que ajudei a construir, em cujos jardins trabalhei. Confesso que tenho saudade. E, como disse o Riobaldo, toda saudade é uma espécie de velhice.

Essa casa abrigou coisas muito boas. Primeiro, foram as esperanças ecumênicas, que eu não tenho mais. As que tenho hoje não são aquelas. Havia mais beleza. A gente acreditava mais nas igrejas. Eu confesso — e o faço sem saber se isso que eu sentia era virtude ou pecado — que tinha um orgulho enorme em ser protestante. Protestantismo era uma coragem para ficar de pé, sozinho, no meio da tempestade. Assumir a orfandade. Quando eu assisti o filme “O Piano”, e vi aquela cena maravilhosa, o piano sozinho na praia cercada de penhascos, o mar furioso quebrando suas ondas e lambendo os seus pés, eu disse para mim mesmo: “Esse piano é protestante...”. E até refiz o poema do Casimiro de Abreu, num impulso de humor poético: “Eu me lembro, eu me lembro... Era pequeno e brincava na praia. O mar bramia! E erguendo o dorso altivo sacudia a branca espuma para o céu sereno. E eu disse a minha mãe naquele instante: Que dura orquestra, que furor insano! Que pode haver maior do que o oceano? Minha mãe a sorrir olhou pra mim e respondeu: o Piano!”.

Para mim, ser protestante era isso: enfrentar o mar, sozinho, e cantar...

Coisa muito bonita! Protestantismo era Lutero, Bach, Schweitzer, Martin Luther King, música, liberdade de pensamento, montanhas altas, na companhia dos ventos frios, e uma teimosia que por nada desse mundo troca as convicções da consciência pela fala gregária das igrejas e dos partidos. Uma recusa de ser ovelha que bale do jeito como o rebanho bale. Sempre preferi a solidão dos cabritos monteses, que não têm pastor que os ponha no curral...

Pois o CEDI era um lugar onde se podia viver um pouco desse sonho! O que aconteceu com o Protestantismo, confesso que não sei. Acho que os cabritos monteses não agüentaram o balido monótono das ovelhas e mudaram para outras paragens...

Depois, nessa casa a gente falava sobre as esperanças de um futuro novo para o Brasil. Se prestarem atenção no jardim, verão que ali ainda existem algumas árvores, agora em perigo de extinção, cobertas de ervas de passarinho. Muitos galhos apodreceram e caíram. Nietzsche se referia a uma árvore chamada Futuro, onde ele iria construir o seu ninho e ali, na sua solidão, as águias lhe trariam comida. Pois estas árvores, que ainda podem ser vistas, são árvores do Futuro. Só que, com a poluição dos dias presentes, elas estão secando. Sei, sei que a esperança ainda existe. Mas elas me parecem mais arbustos de cerrado que árvores de floresta. Ou serei eu que mudei, como no verso de Thomas Antonio Gonzaga? “Mudaram-se os olhos, de triste que estou...”.

Por fim, a coisa que eu acho mais preciosa: nessa casa se cultivou a amizade. E a amizade, diferente das esperanças que precisam do futuro para viver, vive sempre no presente. A gente conversou, celebrou, cantou, jogou vôlei, comeu, bebeu, amou, vadiou. Nós fomos educados para pensar que o que importa é o ponto de chegada, a realização de um plano, e que enquanto não se chega a vida está incompleta. Guimarães Rosa pensava diferente: “A coisa não está nem na partida e nem na chegada, mas na travessia”. A vida se realiza no “momento”. *Carpe diem* — colha o dia: o Reino de Deus nos é oferecido diariamente nas pequenas coisas do cotidiano. Carlos Castañeda perguntou ao bruxo D. Juan qual o caminho a ser escolhido na vida. O bruxo respondeu que não importava. “Todos os caminhos conduzem ao mesmo fim. Escolhe, portanto, o caminho do amor”. Acho que o CEDI foi, antes de mais nada, um caminho de amor.

Das casas velhas, casas demolidas, a gente guarda a memória e a saudade. Eu sempre falarei do CEDI com saudade...

EDUCAÇÃO POPULAR ESCOLA E JUVENTUDE

AÇÃO EDUCATIVA — ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO nasceu como uma organização não-governamental que apóia e propõe programas educativos visando a ampliação da democracia, a justiça social e o desenvolvimento. Fundada em março de 1994, une a experiência de vinte anos do CEDI à de novos parceiros com ampla e reconhecida atuação na área educacional.

AÇÃO EDUCATIVA combina atividades de assessoria, pesquisa e informação. Privilegia uma atuação cultural que consolide atores sociais no âmbito da sociedade civil, pois somente numa sociedade forte, na qual os diversos segmentos têm capacidade e canais de expressão, pode realizar-se um Estado democrático.

Seus serviços estão voltados essencialmente para a defesa dos direitos educacionais dos mais pobres, assim como para a qualificação da educação praticada com eles. São tarefas que se realizam no constante diálogo com diversos setores da sociedade e na promoção do reconhecimento mútuo e da solidariedade.

Além da experiência acumulada pelo Programa de Educação e Escolarização Popular, AÇÃO EDUCATIVA herda e atualiza características fundantes do perfil institucional do CEDI. Uma delas é a valorização da sociedade civil como espaço privilegiado de atuação. Outra diz respeito aos valores ecumênicos que sempre orientaram a prática do CEDI, a democracia, a paz, a justiça e a solidariedade, a defesa da vida e do ambiente, o direito das minorias e o reconhecimento do caráter multiétnico da sociedade brasileira.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Contribuir para a redefinição das finalidades da educação e de seus parâmetros de qualidade, mediante pesquisas e análises rigorosas de suas teorias e práticas.
- Propor e desenvolver alternativas para a democratização da educação diante do contexto de crise econômica, social e do Estado na América Latina.
- Elaborar a síntese entre o paradigma da educação popular e a luta pela universalização da educação básica.
- Fortalecer as ações da sociedade civil no campo da educação, privilegiando os atores sociais marginalizados ou excluídos para que consolidem uma ação autônoma e consistente.
- Ampliar a compreensão sobre os jovens como atores sociais, potencializando sua atuação cultural e política e fornecendo indicações quanto a suas necessidades educacionais.

- Contribuir, por meio do fortalecimento dos atores sociais, para recuperar a capacidade do Estado em cumprir suas tarefas econômicas e medidas sociais prioritárias.

Ação Educativa

Assessoria, Pesquisa e Informação

DIRETORIA

Presidente

Marília Pontes Sposito

Vice-presidente

Carlos Rodrigues Brandão

Diretora Técnica

Beatriz Bebiano Costa

Diretor-Secretário

Nilton Bueno Ficher

Diretor-Financeiro

Vicente Rodriguez

CONSELHO FISCAL

Nilde Balcão

Regina Soares Jurkewitz

Waldimas Galvão

CONSELHO

CONSULTIVO

Aparecida Sueli Carneiro

Benedito Rodrigues

dos Santos

Francisco de Assis

Ferreira

Ismar de Oliveira Soares

Luiz Eduardo Wanderley

Magda Becker Soares

Maria Machado Malta

Campos

Mirian Jorge Warde

Silvia Maria Manfredi

SECRETÁRIO-

EXECUTIVO

Sérgio Haddad

ÁREAS TEMÁTICAS

- Ações Coletivas e Políticas Públicas
- Educação Básica de Jovens e Adultos
- Juventude: Cultura, Trabalho e Educação

MODALIDADES DE AÇÃO

Implantação e avaliação de projetos educacionais; apoio a programas de educação popular; assessoria e monitoramento de políticas públicas; produção de materiais didáticos; formação de educadores; participação em campanhas e apoio a ações coletivas visando a efetivação dos direitos sociais dos grupos populares; pesquisa, documentação, informação e comunicação em educação e juventude.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

BUSCA NOVA SÍNTESE

O Instituto Socioambiental é uma organização civil de direito privado sem fins lucrativos, fundada em abril de 1994, sob a perspectiva de que muito daquilo que, para alguns países, importa reconstruir, para o Brasil importa formular. O Instituto busca uma síntese: não agregar, simplesmente, o ambiental ao social ou o social ao ambiental, mas inter-relacioná-los.

O Instituto nasce da fusão e incorporação, a partir de janeiro de 1995: a) do patrimônio material e imaterial de 15 anos de experiência do Programa Povos Indígenas no Brasil (PIB) do CEDI, referência nacional e internacional de informação sobre os povos indígenas e seus direitos; b) do patrimônio material e imaterial do Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), organização com sede em Brasília, fundada em 1989, que se transformou numa das mais importantes para o reconhecimento dos direitos indígenas; e c) da participação, como sócios-fundadores, de um conjunto de pessoas com formação profissional e experiências importantes na defesa de direitos sociais e ambientais.

OBJETIVOS

Os objetivos do Instituto são: defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos; estimular o desenvolvimento socioeconômico por meio da gestão democrática e ecologicamente sustentável dos recursos naturais; promover, realizar e divulgar pesquisas, leis e projetos de defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos direitos sociais; e estimular e realizar estudos de caráter preventivo e participativo para combater a degradação socioambiental em todas as suas manifestações.

O Instituto pretende combinar ações com projetos demonstrativos no campo da informação, pesquisa, publicação, campanhas, cursos, capacitação, planejamento, avaliação de programas socioambientais, consultorias e serviços, apoio cartográfico e de sensoriamento remoto, inventários, perícias, ações culturais, ações judiciais, proposição de políticas públicas, formulação e gerenciamento de projetos, programas de geração de renda, programas educativos, desenvolvimento de modelos participativos de vigilância e gestão territorial, conservação ambiental e recuperação de áreas degradadas.

Para consolidar o Instituto, foi elaborado um projeto de transição institucional para o período de abril de 1994 a abril de 1995, viabilizando o desenvolvimento de novos temas — Biodiversidade, Unidades de Conservação, Recursos Hídricos, Recursos Minerais e Recursos Florestais —, por meio de pesquisas prévias que permitam conhecer o “estado da arte” e as possibilidades de atuação em cada um deles. O produto principal desse processo será produzir subsídios para o Plano Estratégico do Instituto e apoiar seu processo de construção institucional.

Instituto Socioambiental

CONSELHO DIRETOR

Presidente
Carlos Frederico Marés de Souza Filho

Vice-presidente
Eduardo Viveiros de Castro

Neide Esterci
Enrique Svirsky

SECRETÁRIOS-EXECUTIVOS
Carlos Alberto Ricardo
João Paulo Capobianco
Márcio Santilli (Brasília)

SÓCIOS-FUNDADORES
Alicia Rolla, Ana Valeria Nascimento Araújo Leitão, André Villas Boas, Anthony Anderson,

Anthony Gross, Barbara Brambl, Brunilde Haas de Saneaux, Clayton Ferreira Lino, Edmar Moretti, Fany Pantaleoni Ricardo, Geraldo Andrello, Isabelle Vidal Giannini, Jason Clay, José Carlos Libanio, José Otavio Proença Soares, Juliana Santilli, Marina Kahn, Mario Mantovani, Minka Ilse Bojadsen Capobianco, Nilto Tatto, Raimundo Barros Leitão, Ricardo Azambuja Arnt, Rubens Mendonça, Sérgio Mauro de Santos Filho, Stephan Schwartzman e Willem Pieter Groeneveld.

ATIVIDADES

As atividades básicas do PIB/CEDI e as ações judiciais do NDI não sofrerão ruptura. As atividades de documentação e informação do Banco de Dados sobre Povos e Terras Indígenas no Brasil serão mantidas, bem como a programação da série “Aconteceu Especial”. A série sobre etnias será transformada em Enciclopédia dos Povos Indígenas. Também terão continuidade os projetos de campo em andamento, como o Projeto de Monitoramento e Vigilância das Fronteiras do Parque do Xingu, o Projeto de Apoio às Organizações Indígenas do Alto Rio Negro, o Plano de Manejo dos Recursos Florestais de Área Indígena Xikrin do Cateté e o Programa Araweté de Intercâmbio Cultural e Demarcação de Terras.

COMPROMISSO RADICAL COM O ECUMENISMO

KOINONIA nasce com uma história acumulada de mais de trinta anos. Suas origens podem ser encontradas no movimento de Igreja e Sociedade (ISAL), que se desenvolveu na América Latina na década de 1950 — o Centro Evangélico de Informação (que virou Centro Ecumênico) e posteriormente o CEDI são resultados diretos dele. Além disso, resgata o sentido comunitário do testemunho e serviço ecumênicos.

OBJETIVOS

Constituída em assembléia com 52 sócios-fundadores, representativos de igrejas evangélicas e Católica, além de líderes de entidades ecumênicas e do movimento social, KOINONIA pretende traduzir em ações seu princípio fundamental, que é reafirmar o rosto mais visível da comunidade diaconal e o compromisso radical com o ecumenismo. Os objetivos serão buscados pela presença na sociedade civil, pela identificação e parceria com os historicamente excluídos do sistema, ideológica, política e economicamente, e pela crítica a todas as formas de submissão humana e de todas as idolatrias. A partir de sua herança, que é o cristianismo libertário latino-americano e o cristianismo histórico, a nova entidade buscará refazer a caminhada tendo em vista a luta em favor da dignidade, da cidadania e da solidariedade.

KOINONIA nasce num momento extremamente complexo por que passa o País. Hoje vive-se sob o domínio de um modelo econômico totalmente excludente que reduz à condição de objetos descartáveis a maioria do povo brasileiro. O neoliberalismo adquire um caráter diabólico pois consegue destruir valores como solidariedade, compaixão, amor e respeito ao próximo, imprescindíveis para o desenvolvimento da sociedade humana baseada na justiça, na paz e na integridade da criação.

Koinonia

Presença Ecumênica e Serviço

DIRETORIA

Presidente

Paulo Ayres Mattos

(bispo metodista, atual presidente do CEDI)

Vice-presidente

Almir dos Santos

(bispo anglicano)

Secretária

Maria Luiza Rückert

(pastora presbiteriana)

Tesoureiro

Sérgio Marcus Pinto Lopes

(pastor metodista)

Vogal

Anésia Nascimento de Jesus

(pastora anglicana)

CONSELHO FISCAL

Aurélio Vianna

(antropólogo)

Gabriela Leite (socióloga)

Luiz Caetano Grecco

Teixeira

(pastor anglicano)

SECRETÁRIO-GERAL

Anivaldo Padilha

(líder metodista)

UNIDADES TEMÁTICAS

Resgatar e afirmar esses valores em nossa sociedade é o grande desafio de KOINONIA. Justamente por isso, a nova entidade vai privilegiar três Unidades Temáticas, a partir das quais orientará seu trabalho. A primeira delas — Cidadania e Dignidade — se propõe a desenvolver a consciência cidadã, mediante a promoção cultural e a solidariedade. Abrange ações que buscam fortalecer os movimentos e as instituições para a construção da cidadania, a afirmação dos direitos civis e a revalorização das questões éticas, étnicas e de gênero nas relações humanas. Nessa Unidade se incluem os projetos: Aids e Igrejas; Sociedade e Economia; e Trabalho e Cidadania.

Teologia e Pastoral é a segunda Unidade Temática, que contempla a assessoria à Pastoral e a reflexão bíblica e teológico-ecumênica. Decorrem daí as práticas que privilegiam produção de conhecimento, troca de saberes e ações diretas envolvidas com Justiça, Paz e Integridade da Criação. São abrangidos os projetos Bíblia e Unidade, Pastoral Popular Ecumênica, e Nova Teologia Latino-Americana.

Finalmente, situa-se a Unidade Ecumenismo e Cultura, cuja ênfase está voltada para as atividades de formação de caráter interno (seminários e pesquisas subsidiárias) e externo (cursos, publicações, eventos nacionais e internacionais). Busca-se unidade sem uniformidade na resposta às questões e às situações-limite apresentadas pelo processo histórico-político, como também busca-se o reforço dos valores eclesiais. Essa Unidade envolve os projetos: Cooperação Internacional e Educação Teológica; Formação Ecumênica; Egbé - Espaço Sagrado; e Cultura e Desenvolvimento.

KOINONIA, portanto, aposta no ecumenismo, na diaconia (como serviço real ao outro) e na dimensão da comunhão. Não pode existir *oikoumene* sem *diakonia*, e não pode haver *diakonia* sem *koinonia*.

MUNDO DO TRABALHO E ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO

OBJETIVOS

O objetivo principal do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Sociedade (NETS) é produzir e transmitir conhecimento qualificado sobre as transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho nos dias de hoje, dentro de uma perspectiva que considera o caráter de globalidade da reestruturação produtiva em curso e a necessidade de se propor e de se discutir um tipo de desenvolvimento econômico e social que incorpore preocupações com o meio ambiente e com a justiça social.

Com essa finalidade, o NETS pretende se constituir como um centro de referências para:

- Acompanhar, compreender, sistematizar e divulgar o modo como essas transformações afetam o mundo do trabalho, os desafios e dilemas que colocam e, sobretudo, as respostas, saídas e alternativas que vêm-se gestando em seu interior;
- Promover a interlocução entre diferentes atores (organizações de trabalhadores, movimentos sociais, pesquisadores das universidades, institutos de pesquisa e das ONGs, responsáveis pelas políticas públicas e parlamentares) para a elaboração de propostas alternativas e o desenvolvimento de ações conjuntas;
- Subsidiar as práticas e a formulação de políticas dos movimentos sociais e sindical com dados, análises e produção de material para reflexão e formação;
- Desenvolver estratégias de comunicação que atinjam tanto os sujeitos organizados da sociedade civil como a opinião pública em geral.

PROJETOS

O NETS, no triênio 1995-1997, desenvolverá estudos no âmbito das temáticas:

1. A Reestruturação Industrial, a Fragmentação da Classe Trabalhadora e a Exclusão Social, que será desdobrada nos seguintes projetos de trabalho:

- As relações entre o mercado de trabalho, a pobreza e a cidadania;
- A situação dos jovens no mercado de trabalho;
- O trabalho feminino no processo de reestruturação produtiva.

2. Os Impactos Sociais da Reestruturação Produtiva e os Novos Padrões de Ação Sindical, a partir dos projetos:

- Os impactos sociais da terceirização industrial, tomando como paradigma a indústria metalúrgica do Rio de Janeiro;
- A reestruturação produtiva e a experiência das Câmaras Setoriais;
- Os direitos sociais dos(as) trabalhadores(as) no Mercosul.

3. Os Impactos Ambientais da Política Industrial, com o estudo sobre as indústrias dos ramos químico, petroquímico, siderúrgico e de papel e de celulose.

Esses projetos prevêm o desenvolvimento de estudos sobre situações paradigmáticas para a compreensão das mudanças em curso no mundo do trabalho; a organização de uma base de dados e referências informatizada sobre essas temáticas; a criação de mecanismos e produtos que divulguem essas informações visando públicos diferenciados; e o fortalecimento de atores coletivos tendo em vista a construção de novas relações entre trabalho e cidadania.

Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Sociedade

DIRETORIA

Presidente

**Heloísa H. T. de Souza
Martins**

Diretor-Financeiro

José Ricardo Ramalho

Diretor de Projetos

Iram Jacome Rodrigues

Suplente

Oswaldo Martines Bargas

CORPO SOCIAL

Aloizio Mercadante Oliva,
Ana Paula Schettino,
Antonio Luigi Negro, Bila
Sorj, Carlos Augusto
Simões Gonçalves Júnior,
Geraldo Siqueira Filho,
Ivan Gonçalves Ribeiro
Guimarães, José Renato
V. Martins, Leila Blass,

Liliana Segnini, Leonardo

Mello e Silva, Marco

Aurélio Santana, Maria

Célia Paolli, Maria

Margaret Lopes, Maria

Silva Portella de Castro,

Marita Regina de

Carvalho, Maurício Broinizi

Pereira, Neusa Maria Dias,

Nilde Ferreira Balcão, Nilo

Sérgio de Melo Diniz,

Paulo de Carvalho, Paulo

Fontes, Paulo Sérgio

Mucoucah, Rosana

Machin Barbosa, Rosiver

Pavan, Ruy de Goes Leite

de Barros, Sílvia Maria

Manfredi, Vera da Silva

Telles